

### RESOLUÇÃO N° 069, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

Aprova o Regulamento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicoadministrativos em Educação do IFCE.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a deliberação do conselho na 42ª reunião ordinária, realizada nesta data,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar o Regulamento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação do IFCE, conforme o anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Ivam Holanda de Souza **Presidente em exercício do Conselho Superior** 



#### ANEXO

REGULAMENTO DA COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – CIS-PCCTAE-IFCE

#### **CAPITULO I**

#### DO OBJETO, NATUREZA E FINALIDADE

- Art. 1° O presente documento regula as bases de organização, atribuições e funcionamento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) do Instituto Federal do Ceará (IFCE), conforme previsto na Lei N° 11.091, de 12 de janeiro de 2005, regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação N° 2.519, de 15 de julho de 2005, alterada pela Portaria MEC n° 2.562 de 21 de julho de 2005.
- Art. 2° A CIS do IFCE é o órgão consultivo e deliberativo das políticas atinentes ao PCCTAE e tem por finalidades:
  - I. Acompanhar, orientar, fiscalizar, avaliar e supervisionar a implantação do PCCTAE no âmbito da Instituição;
  - II. Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para aprimoramento de suas funções.

#### **CAPITULO II**

### DA ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CIS

Art. 3° - A CIS do Instituto Federal do Ceará – IFCE – é composta por duas instâncias assim definidas:



- I. Comissão Interna de Supervisão Central CIS/Central, vinculada à Reitoria do
  IFCE e a funcionar na sede desta;
- II. Comissão Interna de Supervisão Local CIS/Local, subdivididas em:
  - a) CIS/*Campus*, vinculada à Direção Geral do *campus* e a funcionar em cada *campus* do IFCE;
  - b) CIS/Reitoria, vinculada à Reitoria do IFCE e a funcionar na sede desta;
- § 1° Para efeitos deste regulamento a CIS/Reitoria funcionará com as prerrogativas de uma CIS/*Campus*, sem prejuízo de suas atribuições e sem acúmulo de funções com a CIS/Central.
- § 2º As CIS/Local devem adotar as diretrizes da CIS/Central no desenvolvimento de suas atividades
- Art. 4° A CIS compõe-se por servidores técnico-administrativos em educação do IFCE, optantes pela carreira, na forma que segue:
  - I. A CIS/Central será composta por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, oriundos das CIS/Campus e da CIS/Reitoria.
  - II. A CIS/Local será composta por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes eleitos entre os Técnicos-Administrativos em Educação integrantes do quadro de pessoal do respectivo *campus*.
- Art. 5° A CIS terá a seguinte organização administrativa:
  - I. Colegiado, formado pelos membros titulares;
  - II. Coordenação, formada pelo Coordenador e Coordenador Adjunto,
    respectivamente o primeiro e o segundo membro mais votado;
- III. Secretaria, formada por servidor escolhido pelo Colegiado.



Parágrafo único – A CIS pode instituir Grupos de Trabalho para estudos e atividades pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos, dos quais poderão participar outros servidores técnicos administrativos.

Art. 6° - A CIS reúne-se abertamente, ordinariamente, no mínimo, duas vezes ao ano, com calendário estabelecido pelo colegiado, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único – A convocação para as reuniões se dará com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por ato do Coordenador ou da maioria simples dos membros.

- Art. 7° O Colegiado se reúne com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros e delibera por maioria simples de votos.
- § 1º Caso não haja quórum, reconvoca-se a reunião no prazo de duas semanas.
- § 2° Os membros suplentes têm direito a voz.
- § 3° As deliberações da CIS deveram constar em ata.
- Art. 8° A substituição dos membros titulares faltosos faz-se pelo preenchimento das vagas a iniciar pelo suplente mais votado.

Parágrafo único – A partir do impedimento de 2/3 dos membros titulares faz-se obrigatória a convocação de eleição complementar, através de rito processual previsto neste regulamento.



Art. 9° - Os servidores do IFCE optantes pelo PCCTAE poderão solicitar a sua participação nas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, ficando resguardado à Comissão o direito de tomar providências para o bom andamento dos trabalhos.

### CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 10 – São atribuições conjuntas da CIS/Central e da CIS/Local:

- I. Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação do IFCE;
- II. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a implantação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos no âmbito do IFCE;
- III. Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFCE e os programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e o modelo de alocação de vagas;
- IV. Avaliar, anualmente e na forma prevista em Lei, as propostas de lotação de servidores do IFCE;
- V. Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFCE, proposto pela área de gestão de pessoas, bem como os cargos que os integram;
- VI. Solicitar informações e apoio administrativo aos órgãos encarregados da gestão de pessoal e/ou da área jurídica do IFCE;
- VII. Emitir parecer sobre programa de avaliação de desempenho para efeitos de progressão funcional por mérito;
- VIII. Analisar e emitir parecer sobre concessão de Incentivo à Qualificação,
  Progressão por Capacitação e Estágio Probatório;



- IX. Desenvolver critérios para avaliação dos pedidos de afastamento para capacitação igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- X. Analisar e encaminhar à Comissão superior os casos omissos referentes ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação;
- XI. Manter o pessoal técnico administrativo do IFCE informado de suas atividades;
- XII. Manter intercâmbio com as CIS de outras instituições;
- XIII. Planejar e orçar as atividades para o exercício seguinte;
- XIV. Emitir relatórios anuais das ações desenvolvidas no exercício.

#### Art. 11 – Compete à CIS/Central, exclusivamente:

- I. Orientar as Comissões Internas de Supervisão Locais CIS/Local quanto à aplicação da política de pessoal técnico-administrativo, com amparo nos documentos legais e nos regulamentos do IFCE;
- II. Acompanhar e homologar o desenvolvimento do trabalho das CIS/Local em processos referentes às matérias constantes das alíneas VII e VIII do Art.10;
- III. Analisar e encaminhar à Comissão Nacional de Supervisão os casos omissos referentes ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação;
- IV. Substituir interinamente a Comissão Interna de Supervisão local CIS/local nas unidades do IFCE;
- V. Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação;
- VI. Apresentar à Reitoria o relatório anual de atividades desenvolvidas e o plano orçamentário de atividades para o exercício seguinte;
- VII. Propor ao Reitor do IFCE a alteração do presente o regulamento.

#### Art. 12 – Compete à CIS/Local



- I. Examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Interna de Supervisão - CIS/Central;
- II. Apresentar o relatório anual de atividades desenvolvidas e o plano orçamentário de atividades para o exercício seguinte à Direção Geral do *campus*, no caso da CIS/Campus e à Reitoria, no caso da CIS/Reitoria;
- III. Propor à Comissão Interna de Supervisão CIS/Central as alterações necessárias para o aprimoramento do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, inclusive mudanças neste regulamento.

#### Art. 13 – Compete ao Colegiado da CIS:

- I. Eleger o Secretário da CIS;
- II. Elaborar, aprovar e instituir o Regimento Interno;
- III. Deliberar sobre as matérias constantes das alíneas dos artigos 10, 11 e 12 deste regulamento, bem como sobre quaisquer outras de relevância para a carreira dos servidores técnico-administrativos do IFCE;
- IV. Determinar a criação de Grupos de Trabalho e seu funcionamento;
- V. Encaminhar diligências e tomar providências necessárias à elucidação de assuntos que lhe forem demandados;
- VI. Eleger representação para atos oficiais em caso de impedimento do Coordenador e seu substituto;
- VII. Estudar propostas e medidas para aprimorar o funcionamento da CIS, inclusive alterações no regulamento;
- VIII. Elaborar o plano de ações, o orçamento e o calendário anual de atividades.

#### Art. 14 – Compete ao Coordenador da CIS

I. Convocar as reuniões do colegiado e dirigir os trabalhos;



- II. Comunicar antecipadamente às chefias imediatas dos membros titulares e suplentes os horários das reuniões ordinárias e extraordinárias, para fins de dispensa do serviço;
- III. Designar aos membros da CIS os processos que exijam parecer ou pronunciamento;
- IV. Colher votos e votar nos casos e na forma prevista neste regulamento;
- V. Proferir voto de desempate;
- VI. Encaminhar à Comissão Superior os processos analisados em casos omissos e/ou específicos, com os respectivos pareceres para análise;
- VII. Coordenar a elaboração dos planos e do relatório anual da CIS;
- VIII. Apresentar à Comissão superior os planos para o exercício seguinte e o relatório de atividades do exercício anterior;
  - IX. Representar a CIS em atos oficiais;
  - X. Solicitar à administração superior do IFCE os recursos necessários para o pleno funcionamento da CIS;
  - XI. Praticar outros atos necessários ao bom funcionamento da CIS.

#### Art. 15 – Compete ao Coordenador Adjunto da CIS:

- I. Dar suporte ao Coordenador para consecução de atribuições e tarefas, auxiliando nos processos inerentes à Coordenação;
- II. Substituir o Coordenador em seus impedimentos;
- III. Assumir interinamente as funções da Secretaria, em caso de impedimento do servidor escolhido.

#### Art. 16 – Compete ao Secretário da CIS

- I. Distribuir aos membros da CIS os processos constantes da pauta, de acordo com designação do Coordenador;
- II. Lavrar as atas das reuniões;



- III. Receber e expedir correspondências e documentos;
- IV. Controlar a frequência dos membros nas reuniões;
- V. Manter organizados e atualizados os arquivos;
- VI. Cumprir outras tarefas inerentes à função.

#### CAPÍTULO IV

### DA ELEIÇÃO E DO MANDATO DOS MEMBROS DA CIS

- Art. 17 A eleição dos componentes da CIS será feita através de votação nominal, direta e secreta, e em pleito coordenado por uma Comissão Eleitoral nomeada especificamente para este fim pela Direção Superior conforme a instância.
- § 1º A comissão citada no caput será formada paritariamente por membros indicados pela entidade sindical que representa os servidores Técnicos Administrativos e pela administração superior do IFCE, que será responsável pela regulamentação, fiscalização e apuração do processo eleitoral da CIS.
- § 2° As normas para escolha dos membros da CIS serão definidas pela Comissão Eleitoral e publicadas no prazo mínimo de 60 dias antes das eleições.
- Art. 18 O presidente da Comissão Eleitoral deve encaminhar à Direção Superior, conforme a instância, a relação dos eleitos, observada a classificação por ordem crescente de votos obtidos, para emissão da portaria designando os membros titulares e suplentes da CIS.
- Art. 19 Em cada instância, no correspondente processo eleitoral, estão aptos a votar e/ou ser votados:



- I. Para compor a CIS/Local, os servidores técnico-administrativos lotados nos respectivos *campi* (no caso da CIS/*Campus*) ou na Reitoria (no caso da CIS/Reitoria);
- II. Para compor a CIS/Central, os membros titulares e suplentes das CIS/Local.

Parágrafo único. É vedada a eleição de servidor:

- I. Ocupante de cargo de direção;
- II. Em estágio probatório;
- III. Membro da comissão eleitoral.

Art. 20 – O mandato dos membros das CIS é de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único - O servidor eleito para compor a CIS/Central perde o assento na CIS/Local

- Art. 21 É impedido de votar qualquer membro da CIS, nos requerimentos em que:
  - I. Possua interesse direto ou indireto em matéria constante de processo administrativo;
  - II. Seja participante ou que venha a participar como perito, testemunha ou representante em processo administrativo;
- III. Esteja em litígio judicial ou administrativo com a instituição.
- § 1° Veda-se a atuação do servidor também quando as situações previstas no presente artigo envolverem cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.
- § 2° O servidor impedido deve abster-se de atuar e comunicar o fato à autoridade competente, sob pena de sanções disciplinares.



Art. 22 – Pode ser arguida a suspeição de autoridade ao servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Parágrafo único – O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

#### Art. 23 – Perde o mandato o membro da CIS que:

- I. No exercício da titularidade, faltar, sem motivo justificado por escrito e encaminhado à Secretaria da CIS, a mais de 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou a mais de 4 (quatro) reuniões, seja ordinária ou extraordinária, no ano;
- II. Deixar de pertencer ao quadro de pessoal do respectivo campus.
- Art. 24 Fica impedido de concorrer à próxima eleição o membro titular ou suplente que:
  - I. Houver perdido o mandato por faltas não justificadas;
  - II. Abdicar do mandato sem justificativa amparada no Capítulo IV da Lei 8112/90;
- III. Havendo sido eleito no processo anterior, não tenha assumido o mandato.

#### Art. 25 – Os processos de votação constantes no artigo 17 ocorrerão:

- I. Para a CIS/Local no campus de origem e na Reitoria;
- II. Para a CIS/Central preferencialmente nas unidades onde houver CIS/Local

### CAPÍTULO V DAS DISPOSICÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 26 - A contar da aprovação deste Regulamento, a Comissão Eleitoral será instalada:

- I. Na instância CIS/Local, no prazo de até 60 (sessenta) dias;
- II. Na instância CIS/Central, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único – Caso a eleição não seja realizada no prazo estabelecido ou conforme o previsto nos artigos 17 e 18 deste regulamento, o processo será coordenado pela Reitoria do IFCE.

Art. 27 – A CIS deve ter assegurada, em cada instância as condições estruturais para seu funcionamento.

Art. 28 – Os trabalhos da CIS são considerados de natureza relevante e têm, para os seus membros, prioridade sempre que convocados, sendo garantida frequência integral a todos os membros quando em atividade pela comissão, seja em reuniões ordinárias ou em atividades delegadas por seu coordenador ou pelo colegiado.

- § 1° Em nenhuma hipótese haverá retribuição financeira adicional para integrante da comissão pelo fato de integrá-la, inclusive na condição de Coordenador e Coordenador Adjunto.
- § 2° Fica assegurada aos membros da CIS a liberação de, no mínimo, um turno semanal para cumprimento das atribuições da mesma.
- Art. 29 Fica vedado, no âmbito da instituição, o funcionamento de comissões ou órgãos, com finalidades similares, com exceção das Comissões Especiais previstas em legislação específica.



Art. 30 – Este regulamento entrara em vigor após aprovação pelo Conselho Superior (CONSUP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.